



A BNCC E OS SENTIDOS DE ENSINAR HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM ANANINDEUA-PARÁ

Francivaldo Alves Nunes, Universidade Federal do Pará

francivaldomunes@yahoo.com.br

RESUMO

Neste texto procuramos demonstrar, a partir de leituras construídas pelos professores de história das escolas públicas municipais de Ananindeua, o sentido de ensinar história. As novas exigências e como são percebidas, as novas formas de atuar, os conteúdos a trabalhar, as estratégias de atuação docente consolidadas e em ruptura, são questões que buscamos perceber. Adotamos como metodologia a leitura de referências bibliográficas, de forma a realizar um diálogo com autores relacionados com as temáticas: ensino de história, currículo, BNCC, atuação docente. A perspectiva é de que os conteúdos sejam contextualizados por meio de estratégias pedagógicas que conectem com a realidade dos alunos e o ambiente social da escola, tornando-o significativo para a aprendizagem do educando. Para tanto, sugere como estratégias, projetos pedagógicos ou ações interdisciplinares que fortaleçam a competência pedagógica das equipes escolares com dinamismo e interatividade para o ensino e a aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino; História; BNCC.



INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa que tem nos motivado a pensar o ensino e a educação nos últimos anos, dialoga na perspectiva de compreender os sentidos de ensinar a história em tempos de modificações curriculares e de se repensar os lugares das disciplinas escolares, principalmente no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Inclui-se ainda, elementos circunscritos a um ambiente de revisionismo e negacionismo históricos, assim como de defesa de uma escola que nega a importância dos debates e posicionamentos políticos como necessários na formação dos estudantes.

Importante registrar, que nos últimos dois anos, a Secretaria de Educação de Ananindeua (SEMED), município da área metropolitana de Belém-Pará, iniciou o processo de implementação da BNCC, nos currículos escolares, o que envolveu os professores e técnicos da secretaria. Consideramos que a Base, como um documento governamental, apresenta implicações não apenas quanto aos conteúdos, assim como pressupõe mudanças nas atividades desenvolvidas pelos professores, incluindo novos lugares e os sentidos as disciplinas, assim como expressa a necessidade de se pensar as estratégias metodológicas e as formas como constroem as sequências didáticas, de forma a facilitar a aprendizagem (MACEDO, 2015).

O processo de implantação da BNCC exigiu em um primeiro momento, através da promoção de cursos formativos, conhecer a proposta e os possíveis impactos que poderia provocar na organização curricular até então desenvolvida. Seguiu-se de reuniões e formações de grupos de trabalho, que em um segundo momento, passaram a estabelecer as relações mais diretamente e propor as modificações necessárias. Em 2020, a SEMED entrega aos professores, gestores, coordenadores pedagógicos e técnicos, assim como a sociedade em geral o Documento Curricular do Município de Ananindeua (DCMA) com o tema “Por uma educação humanizadora”, que apresenta a



proposta curricular para a educação infantil e ensino fundamental como grande síntese desse trabalho.

METODOLOGIA

Compreender os sentidos de ensinar história em diálogo com a experiência docente e novas diretrizes curriculares condicionadas as escola e redes de ensino, nos exigiu adotar uma metodologia que passou pela leitura de referências bibliográficas, de forma a realizar um diálogo com autores relacionados com as temáticas: ensino de história, currículo, BNCC, atuação docente. De forma mais específica, a proposta é compreender os novos sentidos que são implicados na disciplina de história, sob a percepção dos professores, considerando o advento da implantação da BNCC e o contexto social em que se observam os debates sobre a história e a disciplina de história.

Com a finalidade de responder às questões anteriormente levantadas, procuraremos, para este texto, ouvir os professores que atuam nas escolas da rede pública municipal de Ananindeua, em que selecionamos quatro docentes da disciplina de história e que atuam no ensino fundamental maior, anos finais (6.º ao 9.º ano), licenciados em história, tendo uma experiência formativa em universidades públicas e privadas. Estes professores nos ajudaram a compreender, no debate de reorganização curricular, o lugar do ensino de história e os sentidos que podem tomar, a partir destas mudanças associadas ao currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No exercício das mudanças curriculares, a partir das novas exigências da BNCC, se observa na fala dos docentes como elemento de motivação, a possibilidade de



construção de um currículo que oferecesse “uma outra perspectiva da história”, que embora já viesse sendo desenvolvida em algumas escolas, por alguns professores, ainda assim necessitava de legitimação ou oficialização por parte da SEMED. “Uma outra perspectiva de história”, destacou os professores, resumia bem aqueles momentos que envolviam os docentes nos cursos de formação e na participação em grupo de trabalho, quando do debate pela implementação da BNCC.

A percepção otimista desses novos tempos residia na ideia de aproximar os alunos do conteúdo trabalhado pelos docentes em sala de aula, de forma a enfatizar que os discentes também são sujeitos da história, podem se enxergar nas histórias que lêem e que o professor as conta, desmistificando a ideia de que a história é constituída por grandes feitos e heróis. Não que isso, em determinados momentos, não fossem mais utilizados, como expressou alguns professores. Aliás, ainda se constitui em um recurso muito acionado pelos docentes para chamar atenção dos alunos sobre algum tema, principalmente porque a ideia de herói ainda é muito presente em nossa sociedade. Está cotidianamente presente em filmes e séries televisivas ou jogos eletrônicos, algo muito comum no universo de vivência dos alunos. No entanto, a história, na leitura dos docentes não se deve prestar a isso, mas a apresentar a importância de cada um no processo de construção social, inclusive fazendo com que os alunos se enxerguem neste processo.

Outra questão a superar, a partir desta nova perspectiva de história, seria a ideia de apenas conhecer o passado, sem fazer conexões com o tempo presente, como se o passado permanecesse estático a uma temporalidade específica. Aproximando-se dessa forma, de uma concepção de disciplina que sirva de ferramenta para a compreensão dos fenômenos sociais. Aliás, ao apresentar a disciplina de História, a BNCC enfatiza a ideia que “todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos”, nesse sentido o historiador indaga com vistas a



identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes em diálogo com a demanda social em que está envolvido, por isso que não se pode entender o passado como estático. Deve sim, ser observado em constante movimento, sendo acionado, sempre que o presente procura recuperar em dado momento histórico, de forma a melhor compreender uma dada realidade (BRASIL, 2017, p. 397).

A relação entre passado e presente, necessariamente, pressupõe pensar a dimensão do futuro, a medida em que o passado é acionado para compreender e melhor analisar o presente de forma a buscar saídas mais seguras, projetando e planejando um melhor futuro. Nesse ponto, gostaríamos de destacar como a fala dos professores abre espaço para refletirmos sobre as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” como propostas por Koselleck (2006), no sentido de demarcar diferentes formas pelas quais os sujeitos históricos articulam as dimensões temporais entre passado e futuro. Nessa perspectiva, a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, considerando as demandas do presente. No entanto, esclarece o autor, também está, ao mesmo tempo, ligado à pessoa e ao interesse individual.

No entrelaçamento entre passado e presente e horizontes de expectativas, observado na fala dos professores, tal posição justifica e orienta a sua prática pedagógica. Neste aspecto, a história deve se constituir muito mais do que um curso para aprimoramento ou colaborativo na profissionalização, mas uma ferramenta para a autonomia do pensamento. Neste aspecto, os professores recuperam a ideia de uma história como formação para cidadania, como adverte a Base, para quem “a relação passado/presente não se processa de forma automática”, nem tão pouco a história “emerge como um dado ou um acidente que tudo explica”, mas permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à “superação das contradições políticas, econômicas e



sociais do mundo em que vivemos”, ou seja, é sustentada a partir desta reflexão de uma história crítica e reflexiva com o objetivo de transformação social (BRASIL, 2017, p. 397).

Relacionando os desafios da disciplina numa era de proliferação de outras narrativas sobre o passado, construídas fora dos espaços escolares, os professores têm plena consciência de que as interpretações do passado são produzidas hoje fora da academia e alcançam o espaço midiático e a esfera pública de uma maneira avassaladora, o que coloca o ensino escolar em xeque. Esta é, na verdade, a maior ameaça percebida pelos docentes. Para os professores, o fato da história escolar não ocupar grandes espaços no currículo, observa-se uma carga horária diminuta, assim como conteúdos, são questões a se preocupar. No entanto, o que deve tirar o sono dos professores, está associado com a questão em que os docentes poderiam chamar de *problema epistemológico*, ou seja, do regime de verdade em torno da disciplina escolar de história, que tem de competir com essas outras produções de versões históricas construídas fora do ambiente escolar e que acabam interferindo na forma como o professor atua.

Os professores, ao apresentar a experiência de ter que corrigir determinados eventos apontados por alunos, a partir de contatos com outras versões do passado, revela que a BNCC pode colaborar no combate ao que se poderia chamar de *fake história*, principalmente nos estudos dos 6.º ano, no momento em que o ofício do historiador é abordado. Ao destacar a unidade temática “História: tempo, espaço e formas de registros”, no objeto de conhecimento “Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico” a habilidade “Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas” (EF06HI02), devia se constituir como algo observável em outros momentos da formação nos anos seguintes, permitindo que o



trabalho com documentos e a forma como trabalha o historiador pudesse ser um instrumento permanente na reflexão do alunado.

Compreensões com a anterior, evidencia a importância de pensarmos a história como uma construção que se faz “viva” em espaços e ambientes diversos, muitas vezes desaprovados ou mesmo nem discutidos nos espaços acadêmicos, mas que precisam, para se constituir enquanto conhecimento histórico, guardar os pressupostos da disciplina. Para os professores, essa questão se torna crucial, pois frequentemente precisam defender ou justificar seus métodos de trabalho como estratégia de enfrentamento dessas narrativas não científicas sobre o passado. Desta forma, observa-se os vários desafios ao professor de história, especialmente em um momento em que sua atuação profissional e produção intelectual é questionada por quem defende uma “neutralidade” no ensino de história (PENNA, 2017), como os apoiadores do movimento *Escola sem Partido*, por exemplo.

A habilidade de atribuir significado aos temas estudados na disciplina aparece como a característica mais importante para o professor de história, inclusive para combater as *fake histórias*. Mas como isso se efetiva na prática docente? No relato dos professores, essa premissa associa-se à necessidade de historicizar os fatos sociais, a partir de uma perspectiva mais plural e inclusiva, o que reflete também os segmentos com os quais esse professor trabalha na rede municipal. Portanto, “conhecer seu lugar nessa história” estaria associado ao primeiro passo de um entendimento mais amplo da sociedade como um todo. Vemos, portanto, a necessidade de se aproximar dos alunos, incentivar a desnaturalização dessas opções arbitrárias do próprio currículo escolar, a partir de um exemplo comum que podem ser vinculados à própria experiência dos discentes. E conseqüentemente a refletir sobre o lugar deles próprios nesse saber histórico privilegiado em que ele se depara como conteúdo escolar.



Aos professores, a questão do sentido a ser conferido pela disciplina tem de necessariamente perpassar por uma reflexão constante do docente. Neste aspecto, o professor de história deve perguntar-se durante o exercício da docência por que está falando sobre determinado assunto? Porque escolheu determinadas temáticas? Quais reflexões quer suscitar a partir de tal tema? Claro que estas questões são mediadas em função do tempo, dos recursos, do ambiente de trabalho, no entanto, são importantes para dar maior sentido à disciplina e tornar o ensino mais significativo para o aluno. Ao que se observa, as narrativas didáticas conduzidas pelos docentes devem sempre buscar refletir e questionar, vinculando o tema estudado à vida e realidade do aluno. Necessário se faz, portanto, pensar em *links*, estratégias para se aproximar de seu público, despertar uma curiosidade.

Associar a habilidade docente de atribuir sentido aos conteúdos da disciplina a um perfil de professor investigativo é o que se conclui. Como foi dito, um bom professor de história é necessariamente um bom pesquisador. Nesse aspecto, o professor deve ser uma pessoa que tem um mínimo de curiosidade que a motive a fazer pesquisas e que motive necessariamente a sair da sua zona de conforto, buscando também despertar interesse nos alunos.

Uma saída para a questão anterior é que o ensino de história esteja mais próximo e inclusivo às demandas dos discentes. Neste aspecto, a proposta da BNCC pode ser bem significativa. No caso, permite aos professores que construam habilidades de forma que os alunos possam conduzir esse conteúdo para suas experiências de vida prática. Não há dúvidas que estamos diante de percepções sobre a disciplina de história e o trabalho do professor que mergulha em uma história mais real, que envolve o aluno e desperta o pensamento independente, para lembrarmos aqui os estudos de Maria Louro Felgueiras (1994), para quem a história deve repensar seu ensino de forma a torná-lo mais significativo. Nos parece que aqui reside o elemento central, quando se observa as



reações dos professores neste contexto de implantação da BNCC e dos desafios e ataques sofridos pela história, ou seja, tornar os estudos de história como algo que expresse sentido e importância aos alunos e a sociedade.

Imagem 1: Documento Curricular do Município de Ananindeua, 2020.



Fonte: PARÁ (Ananindeua), 2020, p. 1.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão que os professores estabelecem da disciplina de história em um momento de implantação da BNCC é da necessidade de reflexão sobre a importância dos estudos históricos neste contexto de mudança curricular, mas também da necessidade de reafirmação da importância da história. Neste aspecto, se aponta uma perspectiva de uma outra história que precisa ser trabalhada.

A outra história apontada está associada à ideia de aproximar os alunos do conteúdo trabalhado pelos professores em sala de aula, construir o que poderíamos chamar de uma história significativa. Isto pressupõe trazer os discentes para a arena dos debates históricos, não como espectadores, mas como agentes ou sujeitos da história. Isto significa fazer com que os alunos se vejam nestas histórias, que se percebam no que leem e que, na construção da vida, estes se vejam nas lutas e disputas sociais.

O recurso ao passado, quando consideramos que a história se constrói na luta social, não é como algo apenas para ser conhecido ou entendido, mas que esta experiência em tempo de outrora possa estabelecer conexões com o tempo presente. Nesse sentido, o passado para além de explicar o presente deve colaborar na construção de uma leitura que permita construir estratégias de transformação da sociedade. Aliás, é nesta perspectiva que, em parte, se sustenta o ensino de história, ou seja, colaborar na construção de valores, sentimentos de pertencimento e compreensão de direitos e deveres que nos auxiliam na vida em sociedade ou na luta pela sua transformação.

A perspectiva de vida em sociedade pressupõe as relações presentes, mas também estabelece vínculos, pelo menos no campo da expectativa, com o futuro. No caso, ao acionarmos o passado também pressupomos uma dimensão do futuro, uma vez que



estamos à procura de saídas mais seguras para os problemas e situações vividas em sociedade.

Uma última questão que se observou está associada à dimensão de um ensino que compreenda a realidade social. Em outras palavras, pressupõe uma história para formação para cidadania, ou seja, um ensino que promova a liberdade de aprender e ensinar, o que significa associar o aprendizado à realidade de vida e buscar ensinar, partindo de uma experiência social do docente.

Por fim, diríamos que esta história que expressa a realidade do aluno e estabelece conexões com a atuação do professor no âmbito da sociedade é a que melhor responde aos questionamentos sobre o que ensinar, os sentidos que a história deve tomar e a importância do ensino de história.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC /SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.
- FELGUEIRAS, M. L. *Pensar a História, repensar o seu ensino*. Porto: Porto Editora, 1994.
- KOSELLECK, R. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p. 309-313.
- MACEDO, E. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n.133, out./dez. 2015, p. 891-908.



PARÁ (Ananindeua). *Documento Curricular do Município de Ananindeua para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental*. SEMED: Ananindeua, 2020.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PENNA, F. *O ódio aos professores*. Movimento Liberdade para Ensinar. Artigo disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores> / Acesso em 27/11/2020.